



Centro Social e Paroquial
MINDELO

Centro Social e Paroquial de Mindelo

Relatório de Gestão

Exercício de 2025



1. Introdução

O presente Relatório tem como objetivo apresentar, de forma detalhada, a atividade desenvolvida pelo Centro Social e Paroquial de Mindelo ao longo do exercício de 2025, bem como a sua situação económica, financeira e patrimonial.

O ano em análise ficou marcado por uma evolução globalmente positiva da instituição, traduzida na melhoria dos resultados e no reforço dos fundos patrimoniais. Este desempenho reflete uma gestão prudente e eficiente dos recursos, bem como a capacidade de concretizar investimentos relevantes, designadamente ao nível da modernização de equipamentos, requalificação de infraestruturas e renovação de meios operacionais, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

Importa igualmente destacar o reforço da posição financeira da instituição, evidenciado por níveis elevados de liquidez, ausência de endividamento bancário e pela consolidação da sua autonomia financeira, criando condições favoráveis à prossecução dos projetos em curso e ao desenvolvimento das respostas sociais.

Não obstante os resultados alcançados, subsistem desafios relevantes, em particular ao nível da gestão de recursos humanos, marcada por elevada rotação, bem como no que respeita à sustentabilidade futura de algumas respostas, nomeadamente o Projeto InPorta, exigindo uma reflexão estratégica contínua.

Assinala-se ainda que, durante o exercício, ocorreu uma alteração na Direção. A atual Direção expressa o seu reconhecimento e agradecimento à Direção cessante pelo trabalho desenvolvido, dedicação e contributo para o crescimento e afirmação do CSPM, cujo legado constitui uma base sólida para o futuro.

O presente Relatório reflete, assim, não apenas os resultados alcançados, mas também o compromisso contínuo do Centro Social e Paroquial de Mindelo com a sua missão, com a qualidade dos serviços prestados e com a sustentabilidade da sua intervenção junto da comunidade.

2. Atividades

2.1 Respostas de Infância: Creche e Pré-Escolar

O ano letivo de 2024/2025 nas respostas de infância do Centro Social e Paroquial de Mindelo (CSPM) foi guiado pelo tema trienal “Agora as Pessoas”, focando-se na valorização do potencial individual de cada criança e no fortalecimento da comunidade educativa. A Instituição reafirmou o seu compromisso com uma educação inclusiva, centrada nos princípios da empatia e participação ativa, abrangendo, a 31 de dezembro, um total de 155 crianças (86 em creche e 69 no pré-escolar).



Na Creche, a prática pedagógica centrou-se no brincar heurístico e em atividades sensoriais, reconhecendo o brincar como a linguagem universal da criança. As equipas privilegiaram a exploração de materiais não estruturados, permitindo que as crianças assumissem um papel ativo na construção das suas aprendizagens através da curiosidade e da resolução de problemas. O espaço exterior “Brincar Cá Fora” foi um recurso fundamental, promovendo o contacto direto com a natureza e o desenvolvimento da motricidade global e bem-estar físico.

No Pré-Escolar, o trabalho desenvolveu-se através de projetos de autoconhecimento adaptados a cada faixa etária: o “Projeto Identidade” (3 anos), o projeto “Pequenos Exploradores de Si Mesmos” (4 anos) e a reflexão sobre o “Eu interior e exterior” (5 anos). O ponto alto foi o “Show dos Talentos”, realizado em ambiente intergeracional no Centro de Dia, onde as crianças celebraram as suas capacidades perante os mais velhos.

As atividades transversais e de enriquecimento curricular, incluindo Expressão Musical, Inglês, Atividade Física e o Grupo Folclórico Infantil, registaram uma participação elevada, proporcionando vivências artísticas e motoras diversificadas. O envolvimento das famílias foi uma peça-chave, destacando-se a Escola de Pais, que registou níveis de satisfação de 90% na capacitação das dinâmicas familiares. Iniciativas solidárias como o projeto “Vitaminas para Todos” e a recolha para a associação “Patás à Solta” reforçaram os valores de responsabilidade coletiva e solidariedade na comunidade. Em suma, o ano confirmou o impacto positivo de uma educação centrada nos afetos e no desenvolvimento integral.

Contudo, o ano não esteve isento de desafios, tendo-se verificado uma participação parental variável, com algumas atividades a registarem uma adesão reduzida, o que impactou a continuidade de certos projetos individuais. Além disso, a articulação logística para momentos intergeracionais nem sempre foi fluida devido a horários desfasados entre as valências.

Como pistas estratégicas para o futuro, a instituição pretende diversificar as estratégias de envolvimento familiar através de desafios curtos e informais em contexto de sala e consolidar um calendário intervalências mais coordenado, garantindo que o planeamento maximize o impacto das interações comunitárias e o bem-estar das crianças.

2.2 Respostas Seniores: Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Em 2025, as respostas seniores orientaram a sua ação pela promoção do envelhecimento ativo e da dignidade da pessoa, em plena harmonia com o tema institucional “Agora as Pessoas”. A intervenção focou-se em responder às necessidades individuais, combatendo o isolamento social através de uma articulação próxima entre o Centro de Dia e o SAD, abrangendo, a 31 de dezembro, um total de 62 utentes (32 no Centro de Dia e 30 no Serviço de Apoio Domiciliário).

No Centro de Dia, a estimulação cognitiva foi uma prioridade, consolidada pela implementação do programa “Divertidamente”, que permitiu adaptar as dinâmicas aos diferentes níveis de autonomia



funcional e cognitiva dos utentes. A saúde física foi monitorizada através de consultas médicas semanais e sessões regulares de ginástica sénior, essenciais na prevenção de doenças e promoção do bem-estar. A expressão artística foi outro pilar central, com ateliers de pintura, teatro e decoração temática que estimularam a criatividade e a memória afetiva.

As dinâmicas intergeracionais revelaram-se momentos de grande alegria e troca de experiências, destacando-se as atividades conjuntas com a Creche e Jardim de Infância em datas como o Carnaval e o Dia dos Avós. O projeto "O Meu Amigo Mais Velho", em parceria com escolas locais, e a ação "Calçar o Sapato do Outro" reforçaram os laços comunitários e a empatia.

O Serviço de Apoio Domiciliário manteve a sua missão de garantir cuidados de qualidade no meio natural de vida dos utentes, promovendo sempre que possível a sua integração em momentos comemorativos da Instituição. Os Passeios Semanais e as celebrações de dias temáticos, como o Magusto e o Almoço de Natal, foram fundamentais para fortalecer o sentimento de pertença. Globalmente, o ano de 2025 confirmou a eficácia de uma intervenção humanizada, resultando num impacto claramente positivo na qualidade de vida e inclusão social dos seniores acompanhados.

Apesar dos resultados positivos, foram identificadas algumas dificuldades. Destaca-se a limitação das atividades ao ar livre, nomeadamente no projeto "Dedo Verde", condicionada pelas obras no espaço exterior, bem como constrangimentos ao nível do transporte, que reduziram a participação nos passeios. No âmbito digital, o projeto "TIC Sénior" revelou desafios associados à necessidade de supervisão constante, o que limitou a sua abrangência.

Face a este diagnóstico, definem-se como pistas estratégicas para o futuro: a criação de estruturas de jardinagem elevadas e ergonómicas, a otimização da capacidade de transporte para dar resposta à elevada procura. No projeto "TIC Sénior", propõe-se a promoção da autonomia dos participantes, com diferenciação de níveis, reforço de apoios e disponibilização de materiais pedagógicos, visando otimizar a intervenção e ampliar a abrangência.

2.3 Projetos Porta 55+ e InPORTA

O ano de 2025 marcou uma fase de expansão e maturação na intervenção junto da população sénior isolada, com a coexistência do consolidado projeto Porta 55+ e o arranque da nova operação InPORTA, financiada pelo programa Norte 2030. Ambos partilham a missão de combater a solidão não desejada e retardar a institucionalização, mantendo os seniores no seu domicílio com dignidade.

O projeto Porta 55+ manteve uma atividade expressiva nas freguesias de Árvore, Mindelo e Vila Chã, acompanhando 62 utentes ao longo do ano. Foram realizadas 2424 ações, das quais 1960 foram visitas domiciliárias e 462 contactos telefónicos, totalizando mais de 2800 horas de acompanhamento direto. Através da metodologia "Taylor Made" (anterior Atelier de Alfaiate), a equipa e os voluntários entregaram companhia e atividades personalizadas aos gostos e histórias de vida de cada utente. A rede de



voluntariado, composta por 27 elementos ativos, beneficiou de formação contínua na Academia do Voluntariado, registando elevados índices de satisfação e sentimento de pertença.

O reconhecimento externo da qualidade deste modelo de inovação social foi reforçado pela sua divulgação no AGEING CONGRESS 2025.

Paralelamente, o projeto InPORTA iniciou a sua implementação em maio de 2025, focando-se na estruturação metodológica e na sinalização de novos utentes nas freguesias de Azurara, Fajozes e Gião. Nesta fase inicial, foram sinalizadas 65 pessoas através da ação "Brigada na Minha Rua" e iniciada a capacitação de um novo grupo de voluntários na Academia de Voluntariado "Estar IN". Embora o número de utentes ativos nesta nova vertente (7 em dezembro de 2025) reflita a complexidade da fase de arranque, nos novos territórios, e a necessidade de construir relações de confiança, o projeto já demonstra um forte potencial de enraizamento territorial.

Contudo, a implementação da nova fase enfrentou desafios significativos, como a desconfiança inicial da população nas novas freguesias face à metodologia "porta-a-porta" e uma taxa de conversão reduzida entre sinalizações e integrações efetivas. Além disso, nas áreas de intervenção de Árvore, Mindelo e Vila Chã, verifica-se uma saturação territorial e uma menor disponibilidade dos voluntários mais antigos devido ao seu próprio processo de envelhecimento e a outros compromissos pessoais e participação comunitária.

A estes constrangimentos operacionais acresce um desafio estrutural ao nível do financiamento da operação InPORTA. A candidatura aprovada integrou um corte de cerca de 20% no financiamento elegível, reduzindo de forma significativa os recursos inicialmente previstos e aumentando a dependência de financiamento privado.

Na prática, a sustentabilidade da operação ficará condicionada à capacidade de mobilizar novos investidores sociais, ou na sua ausência, a IPSS terá de assumir diretamente o esforço financeiro necessário para garantir a continuidade do projeto. Neste contexto, tem-se verificado uma dificuldade acrescida na mobilização de novos investidores, o que constitui um fator de risco para a estabilidade e escalabilidade do projeto no curto e médio prazo.

Como pistas estratégicas, o projeto focar-se-á no reforço da captação de voluntários e na criação de um corpo de voluntariado comum que permita a mobilidade em todo o território. Em paralelo, será necessário intensificar a estratégia de angariação e diversificação de financiamento, reduzindo a exposição ao risco associado à dependência da própria instituição. Pretende-se ainda modernizar a monitorização através da utilização plena da plataforma digital para registos em tempo real e estruturar planos de visita com objetivos técnicos ainda mais específicos, garantindo que envelhecer em casa com dignidade continue a ser uma possibilidade real.



3. Pessoas

As pessoas constituem o recurso mais valioso do Centro Social e Paroquial de Mindelo, sendo determinantes para a qualidade dos serviços prestados e para o cumprimento da missão da instituição. Contudo, a gestão de recursos humanos continua a representar um desafio significativo, refletido numa elevada rotação de colaboradores ao longo do exercício, com o registo de 12 entradas e 12 saídas ao longo de 2025.

A 31 de dezembro, o quadro de pessoal era composto por 47 colaboradores, distribuídos pelas diferentes áreas de atividade: 23 na área da Infância, 9 na Geriatria, 7 nos serviços de cozinha, 4 nos Serviços Administrativos e de Coordenação e 4 afetos ao projeto InPorta.

Este contexto reforça a importância de continuar a investir na valorização, estabilidade e capacitação dos recursos humanos, reconhecendo o seu papel central na prossecução dos objetivos da instituição.

4. Investimentos

No decurso do exercício, o Centro Social e Paroquial de Mindelo prosseguiu uma estratégia de reforço e modernização dos seus ativos, com vista à melhoria da qualidade dos serviços prestados, à eficiência operacional e à adequação às necessidades dos utentes.

Destaca-se, em primeiro lugar, a aquisição de uma carrinha elétrica de 9 lugares, adaptada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida, representando um investimento relevante na acessibilidade, conforto e sustentabilidade ambiental. Em paralelo, procedeu-se à alienação das duas viaturas anteriormente em uso, ambas com mais de 20 anos, permitindo a renovação da frota e a redução de custos de manutenção.

No âmbito da melhoria das infraestruturas, foi concretizada a remodelação das áreas de cozinha e lavandaria, ao abrigo do Aviso n.º 11 do PRR, com financiamento a fundo perdido no montante de €52.705,00. Este investimento contribui para o reforço das condições de segurança, eficiência e qualidade dos serviços de apoio.

Adicionalmente, realizou-se a substituição da cobertura do Salão Rosa, intervenção essencial para garantir a preservação do edifício e melhores condições de utilização do espaço.

Foi igualmente iniciado o processo de substituição do sistema de aquecimento de águas sanitárias. Apesar de inicialmente previsto para conclusão em 2025, este projeto sofreu um atraso, sendo agora expectável a sua conclusão durante o ano de 2026, por motivos imputáveis ao fornecedor.



Na sequência de danos provocados por uma inundação, procedeu-se ainda à reabilitação de uma sala de creche e respetivo dormitório, assegurando a reposição das condições adequadas de funcionamento e segurança.

Por fim, importa referir o investimento realizado na área informática, designadamente ao nível de equipamentos e sistemas de segurança, com vista ao reforço da capacidade tecnológica e à proteção da informação.

No seu conjunto, estes investimentos refletem o compromisso contínuo da instituição com a qualidade dos serviços, a sustentabilidade e a valorização das suas infraestruturas.

5. Contas

5.1 Balanço

O balanço a 31 de dezembro de 2025 evidencia um reforço da posição financeira do Centro Social e Paroquial de Mindelo. O total do ativo ascende a 3,234 milhões de euros, face a 2,547 milhões de euros em 2024, refletindo sobretudo o aumento do ativo corrente (1,947 milhões de euros), com destaque para as disponibilidades.

Os fundos patrimoniais atingem 2,645 milhões de euros (2024: 2,310 milhões de euros), impulsionados pelo resultado líquido positivo do exercício (0,320 milhões de euros), traduzindo uma estrutura financeira sólida e elevada autonomia.

O passivo totaliza 0,590 milhões de euros (2024: 0,237 milhões de euros), sendo integralmente de curto prazo e resultando essencialmente da rubrica de diferimentos, sem recurso a endividamento de médio e longo prazo.

Globalmente, a instituição apresenta uma situação financeira robusta, com níveis elevados de liquidez e reforço consistente dos seus fundos patrimoniais.

5.2 Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por naturezas de 2025 evidencia um desempenho económico favorável, traduzido num reforço dos níveis de atividade e da capacidade de geração de resultados.

Os rendimentos são maioritariamente resultantes de vendas e serviços prestados (1,289 milhões de euros), complementados pelos subsídios à exploração (0,113 milhões de euros) e por outros rendimentos (0,089 milhões de euros). Do lado dos gastos, destacam-se os gastos com o pessoal (0,877 milhões de euros) e os fornecimentos e serviços externos (0,151 milhões de euros).

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) ascende a 0,367 milhões de euros, correspondendo a uma margem EBITDA de aproximadamente 28,5%, superior à registada em 2024 (24,7%). Este indicador evidencia uma melhoria da eficiência operacional da instituição.



Após o reconhecimento de gastos de depreciação e amortização (0,063 milhões de euros), o resultado operacional (EBIT) fixa-se em 0,304 milhões de euros.

Os resultados financeiros são positivos (0,016 milhões de euros), não se registando impacto relevante de encargos financeiros. Deste modo, o resultado antes de impostos coincide com o resultado líquido do período, no montante de 0,320 milhões de euros, representando um crescimento face a 2024 (0,265 milhões de euros).

Em termos globais, a demonstração de resultados revela uma evolução positiva da rentabilidade operacional e da eficiência, sustentando o reforço dos fundos patrimoniais da instituição

6. Aplicação dos Resultados

A Direção do Centro Social e Paroquial de Mindelo entende que o resultado líquido do exercício, no montante de €319.915,81 (trezentos e dezanove mil novecentos e quinze euros e oitenta e um cêntimos), seja integralmente transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

7. Perspetivas

Para o próximo exercício, o Centro Social e Paroquial de Mindelo definiu um conjunto de iniciativas e prioridades estratégicas orientadas para a melhoria das suas infraestruturas, a renovação de equipamentos e a sustentabilidade das suas respostas sociais.

No plano das infraestruturas, prevê-se o início do processo de construção de um parque de estacionamento, encontrando-se em preparação a abertura de procedimento de Consulta Prévia e o subsequente lançamento do concurso. Paralelamente, antecipa-se o avanço do processo junto da Câmara Municipal de Vila do Conde com vista ao aumento do edifício no local do atual parque infantil, o que permitirá reforçar a capacidade de resposta da instituição.

Ao nível dos equipamentos e meios operacionais, está prevista a venda do autocarro atualmente em uso e a aquisição de uma nova carrinha, prosseguindo a estratégia de adequação e renovação da frota. Está igualmente prevista a continuação do processo de substituição dos equipamentos informáticos, reforçando a capacidade tecnológica e a segurança dos sistemas.

No que respeita à manutenção e requalificação das instalações, encontram-se previstas intervenções ao nível da reparação das caixas de saneamento, com o objetivo de mitigar problemas recorrentes de entupimento, bem como a realização de trabalhos de pintura, pequenas reparações e impermeabilização do edifício. Adicionalmente, será promovida a substituição das caixilharias do Salão Rosa, melhorando as condições de conforto e eficiência energética.



Centro Social e Paroquial
MINDELO

Prevê-se ainda a conclusão da instalação do novo sistema de aquecimento de águas sanitárias, cuja execução transitou do exercício anterior.

Por fim, será desenvolvida uma reflexão estratégica sobre a sustentabilidade financeira futura do Projeto InPorta, tendo em conta o termo do atual período de financiamento público, com vista à definição de soluções que assegurem a continuidade e viabilidade desta resposta.

No seu conjunto, estas perspetivas refletem o compromisso da instituição com a melhoria contínua, a sustentabilidade e a adaptação às necessidades da comunidade que serve.

Mindelo, 23 de Março de 2026

A Direção,

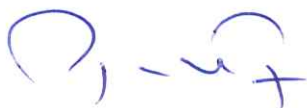

Pe. José Emanuel Rodrigues Félix Milheiro Amorim (Presidente)



Carlos da Silva Oliveira (Secretário)



Maria Teresa Corte-Real de Eça Guimarães (Tesoureira)



Paulo Jorge Marques de Oliveira Ribeiro Pereira (Vogal)



Cristina Maria da Silva Ribeiro (Vogal)

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MINDELO

Contribuinte: 503 787 450
Moeda: EUR

BALANÇO a 31 de Dezembro de 2025

Rubricas	Notas	2025	2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	1,279,814.09	1,143,463.81
Bens do património histórico e cultural		0.00	0.00
Activos Intangíveis	5	6.58	46.07
Investimentos financeiros	12.4	7,965.93	7,965.93
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Outros Créditos e Ativos não Correntes		0.00	0.00
		1,287,786.60	1,151,475.81
Activo corrente			
Inventários	6	6,925.18	9,417.96
Clientes	12.1	4,449.85	4,593.74
Estado e outros entes públicos	12.8	4,897.36	877.86
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Diferimentos	12.3	6,059.52	2,867.92
Outros activos correntes	12.2	457,176.56	35,063.10
Caixa e depósitos bancários	12.5	1,467,169.55	1,342,246.76
		1,946,678.02	1,395,067.34
Total do activo		3,234,464.62	2,546,543.15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVOS			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12.6	155,363.94	155,363.94
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		0.00	0.00
Resultados transitados	12.6	1,521,449.51	1,255,999.27
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Ajustamentos/Outras variações de fundos patrimoniais	12.6	647,790.22	633,194.69
Subsídios ao Investimento	12.6	475,219.66	455,447.55
Doações	12.6	172,570.56	177,747.14
Outras variações		0.00	0.00
Subtotal		2,324,603.67	2,044,557.90
Resultado líquido do exercício		319,915.81	265,450.24
Total do capital próprio		2,644,519.48	2,310,008.14
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0.00	0.00
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outras dívidas a pagar		0.00	0.00
Subtotal		0.00	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	4,024.56	19,726.82
Estado e outros entes publicos	12.8	18,543.49	16,139.83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Financiamento obtidos	12.9	0.00	0.00
Diferimentos	12.3	372,802.11	31,251.08
Outros passivos correntes	12.10	194,574.98	169,417.28
Subtotal		589,945.14	236,535.01
Total do Passivo		589,945.14	236,535.01
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3,234,464.62	2,546,543.15

A Direcção

João Manuel Amador
Luís do S. M. Alves
Paulo Teófilo Mendes de Almeida

A Contabilista Certificada

Maria Dóris

Demonstração de resultados por naturezas a 31 de Dezembro de 2025

Conta Pos	Neg	Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
71/72		Vendas e serviços prestados	7	1,288,548.23	1,203,840.15
75		Subsídios à exploração	12,11	113,022.90	67,981.21
73		Variação de Inventários na produção		0.00	0.00
74		Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-94,615.78	-96,381.74
	62	Fornecimentos e serviços externos	12,12	-150,513.90	-133,975.69
	63	Gastos com pessoal	10	-877,407.71	-782,317.71
7622	652	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12,14	0.00	0.00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
7623/8	653/8	Imparidade de activos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
77	66	Aumentos / Reduções de justo valor		0.00	0.00
78		Outros rendimentos e ganhos	12,13	88,999.84	41,153.95
	68	Outros gastos e perdas	12,14	-1,323.97	-2,693.97
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		366,709.61	297,606.20
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4/5	-63,096.04	-46,324.14
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		303,613.57	251,282.06
79		Juros e rendimentos similares obtidos	12,13	16,302.24	14,212.92
	69	Juros e gastos similares suportados	12,15	0.00	-44.74
		Resultado antes de impostos		319,915.81	265,450.24
	812	Impostos sobre o rendimento do período		0.00	0.00
		Resultado liquido do período		319,915.81	265,450.24

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Direção

João Francisco Mendes
Contabilista
Luís Teófilo Mendes de Jesus
[Assinatura]
[Assinatura]

A Contabilista Certificada

Luís Teófilo

Handwritten signature and initials in blue ink.

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MINDELO

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2025

Índice

1. Identificação da Entidade	3
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	3
3.1. Bases de Representação.....	3
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4. Ativos Fixos Tangíveis.....	8
5. Ativos Intangíveis.....	9
6. Inventário.....	9
7. Rédito.....	10
8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo.....	10
9. Imposto sobre o Rendimento.....	11
10. Benefícios dos empregados.....	11
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
12. Outras informações.....	11
12.1 Créditos a receber.....	11
12.2 Outros ativos correntes.....	12
12.3 Diferimentos.....	12
12.4 Investimentos Financeiros.....	12
12.5 Caixa e Depósitos Bancários.....	12
12.6 Fundos Patrimoniais.....	13
12.7 Fornecedores.....	13
12.8 Estado e Outros Entes Públicos.....	13
12.9 Financiamentos Obtidos.....	13
12.10 Outros passivos correntes.....	14
12.11 Subsídios, doações e legados à exploração.....	14
12.12 Fornecimentos e serviços externos.....	14
12.13 Outros rendimentos.....	15
12.14 Outros gastos.....	15
12.15 Resultados Financeiros.....	15
12.16 Aumentos / redução de justo valor.....	15
12.17 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos Resultados.....	15
12.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1. Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Mindelo é uma pessoa coletiva religiosa reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social, qualificada como Instituição da Igreja Católica, devidamente inscrita no competente registo das IPSS, sob o nº 49/95, fl.82 vº do livro nº 5 das Fundações de Solidariedade Social em 8 de novembro de 1994.

Tem sede na Rua Padre Joaquim Ferreira nº 55, freguesia de Mindelo no concelho de Vila do Conde.

Visa contribuir para a promoção da caridade cristã, da cultura, educação e a integração comunitária e social, na perspetiva dos valores do Evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde está situado, especialmente dos mais pobres.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei nº 36-A/2011 de 9 de março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de contas (CC)- Portaria nº 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso nº 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimento e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisão, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiência.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores, recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem, na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas uteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11. Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12. Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alteração das políticas contabilistas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não são disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período, cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consiste em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e representação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	5 anos
Equipamento informático	3 anos

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam se mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

3.2.4 Investimentos Financeiros

A Lei nº 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação de trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalhador), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devem ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente à participação do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0.925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.4 Inventários

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Utentes e outras contas a receber

Os “Utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros

estimados, descontados á taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data do Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

O custo de transação só pode ser incluído na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurado ao custo menos a perda por imparidade.

À data de relato, a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando a existência da imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são reconhecidos na forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos e bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis, sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiro;
- Fundos acumulados e outro excedente;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artº do código do imposto sobre rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento da Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas aquelas legalmente equiparadas.

No entanto, o nº3 do referido artigo menciona que “a isenção prevista no nº 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do nº 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmo ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no nº 3 do artº 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 20% sobre a matéria coletável nos termos do nº 5 do artº 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e as taxas previstas no artº 88.

Assim, de seguida apresenta-se o seguinte quadro de modo a permitir a compreensão das correções efetuadas, nas contas de Fundos:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	155 363,94		0,00	155 363,94
Resultados Transitados	1 521 449,51	0,00	0,00	1 521 449,51
De Exercícios Anteriores	255 483,30			255 483,30
Ano 2018	20 598,23			20 598,23
Ano 2019	200 252,69			200 252,69
Ano 2020	164 530,73			164 530,73
Ano 2021	217 998,71			217 998,71
Ano 2022	157 580,15			157 580,15
Ano 2023	239 555,46			239 555,46
Ano 2024	265 450,24			265 450,24
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	633 194,69	52 705,00	38 109,47	647 790,22
Subsídios atribuídos PIDACC - Edifício	155 949,23		6 484,37	149 464,86
Subsídios atribuídos-Fundo Socorro Social-Obras				0,00
Donativos de Particulares- Edifício	69 698,51		1 980,56	67 717,95
Donativos de Particulares- Outros	0,00			0,00
Subsídios atribuídos- FEDER ON2	151 824,67		4 094,00	147 730,67
Subsídios atribuídos- FEDER NORTE 2020-REM.CD	12 185,83		2 437,17	9 748,66
PRR-RE-C03-I01-04-000063	40 789,31		5 098,66	35 690,65
PRR-RE-C03-I01-08-000303	25 000,00		6 250,00	18 750,00
PRR-RE-C03-I01-11-000061		52 705,00	6 588,13	46 116,87
Doações	177 747,14		5 176,58	172 570,56
Total	2 310 008,14	52 705,00	38 109,47	2 324 603,67

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e 2024, mostrando os aumentos, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferencias	Saldo final
Terrenos	88 500,00	40 000,00			128 500,00
Edifícios	1 666 624,60	37 986,27			1 704 610,87
Equip. Alojamento Utentes	105 022,33				105 022,33
Equip. Médico Hospitalar	430,00				430,00
Equip. Didático	30 544,00				30 544,00
Equip. Básico - Outro	42 387,19	52 677,21			95 064,40
Veículos Ligeiros	92 848,10	63 960,00			156 808,10
Veículos Mistos	20 460,69				20 460,69
Veículos Pesados	74 011,63				74 011,63
Mobiliário Utensílios Administrativo	3 725,08				3 725,08
Máquinas de Escritório	12 918,99				12 918,99

Equip. Informático	20 494,58			20 494,58
Outros A. F. Tangíveis	23 063,76	4 783,35		27 847,11
Activo Tangível Bruto	2 181 030,95	199 406,83	0,00	2 380 437,78

Handwritten signature and initials in blue ink.

Depreciações Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Transferencias	Saldo Final
Terrenos					
Edifícios	631 333,73	41 075,27			672 409,00
Equip. Alojamento Utentes	105 022,33	145,39			105 167,72
Equip. Médico Hospitalar	430,00				430,00
Equip. Didático	30 544,00				30 544,00
Equip. Básico - Outro	32 813,66	3 584,79			36 398,45
Veículos Ligeiros	89 202,27	15 907,50			105 109,77
Veículos Mistos	20 460,69				20 460,69
Veículos Pesados	74 011,63				74 011,63
Mobiliário Utensílios Administrativo	3 725,08				3 725,08
Máquinas de Escritório	9 114,27	1 074,94			10 189,21
Equip. Informático	20 494,58				20 494,58
Outros A. F. Tangíveis	20 414,90	1 268,66			21 683,56
Depreciações Acumuladas	1 037 567,14	63 056,55	0,00		1 100 623,69
Activo Tangível Bruto	1 143 463,81	136 350,28	0,00		1 279 814,09

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferencias	Saldo final
Programa de Computador	4 038,01				4 038,01
Activo Tangível Bruto	4 038,01	0,00	0,00		4 038,01

Depreciações Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Transferencias	Saldo Final
Programa de Computador	3 991,94	39,49			4 031,43
Depreciações Acumuladas	3 991,94	39,49	0,00		4 031,43
Activo Tangível Bruto	46,07	-39,49	0,00		6,58

6 Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias	5 430,44	7 016,93
Matérias - Primas, Subsidiárias e de Consumo	1 494,74	2 401,03
Total	6 925,18	9 417,96

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2025		2024	
	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo		Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	
Saldo Inicial		2 401,03		1 226,17
Compras		74 000,64		74 701,14
Doações		10 808,90		15 091,34
Saldo Final		1 494,74		2 401,03
Gastos do Período		85 715,83		88 617,62

Movimentos	2025		2024	
	Mercadorias		Mercadorias	
Saldo Inicial		7 016,93		8 572,03
Compras		7 313,46		6 209,02
Doações				
Saldo Final		5 430,44		7 016,93
Gastos do Período		8 899,95		7 764,12

7 Rédito

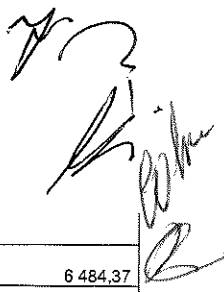
Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias	9 405,00	8 595,80
Vestuário	9 405,00	8 595,80
Prestação de Serviços	1 279 143,23	1 195 244,35
Mensalidades Utentes	1 240 609,17	1 154 909,03
Serviços Extras	38 534,06	40 335,32
Total	1 288 548,23	1 203 840,15

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo"

Descrição	Natureza	2025			2024		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CM Vila do Conde	Não Reembolsável	0,00	0,00	25 470,00	0,00	0,00	24 255,00
Freguesia de Mindelo	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IEFP	Não Reembolsável	0,00	0,00	541,01	0,00	0,00	2 298,00
Inporta	Não Reembolsável	0,00	0,00	59 812,35	0,00	0,00	0,00
Adaptar Social +	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



	Reembolsável						
PIDDAC (Edifícios)	Não Reembolsável	155 949,23	0,00	6 484,37	162 433,60	0,00	6 484,37
Fundo Socorro Social	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEDER - ON 3	Não Reembolsável	151 824,67	0,00	4 094,00	155 918,67	0,00	4 094,00
FEDER - NORTE 2020 REMOD.CD	Não Reembolsável	12 185,83	0,00	2 437,17	14 623,00	0,00	2 437,17
PRR-RE-Aumento da Creche	Não Reembolsável	40 789,31	0,00	5 098,66	45 887,97	0,00	5 098,66
PRR-RE-Mobilidade Verde	Não Reembolsável	25 000,00	0,00	6 250,00	25 000,00	0,00	0,00
PRR-RE-C03-I01-11-000061	Não Reembolsável	52 705,00	0,00	6 588,13	0,00	0,00	0,00
Total		438 454,04	0,00	110 187,56	403 863,24	0,00	44 667,20

9 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IRC	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

10 Benefícios dos empregados

São cinco os elementos que compõe o conselho diretivo, não obtendo qualquer contrapartida financeira pelo desempenho das funções atribuídas.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios 2025 foi de 46.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários são os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao Pessoal	706 833,70	621 985,43
Indemnizações	3 904,92	9 603,45
Encargos sobre as Remunerações	153 586,18	134 884,29
Seguros Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 161,79	8 939,72
Outros Gastos com o Pessoal	6 921,12	6 904,82
IEFP		
Total	877 407,71	782 317,71

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos de artigo 210º do Código contributivo, publicado pela lei nº 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes C/C		
Utentes	4 449,85	4 593,74
Total	4 449,85	4 593,74

12.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outro ativo corrente" tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Outros Instrumentos Financeiros	1 000,00	1 000,00
Ativos Financeiros	1 000,00	1 000,00
Fornecedores	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores		
Outras Contas a Receber	456 176,56	34 063,10
Outras Receitas Diferidas	0,00	0,00
Outros Devedores	456 176,56	34 063,10
Total	457 176,56	35 063,10

12.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer	6 059,52	2 867,92
Seguros	4 740,37	2 491,57
Outros	1 319,15	376,35
Rendimentos a Reconhecer	372 802,11	31 251,08
Mensalidades	7 666,02	4 723,18
Outros	365 136,09	26 527,90
Total	378 861,63	34 119,00

12.4 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros"

Descrição	2025	2024
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	7 965,93	7 965,93
Total	7 965,93	7 965,93

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	384,95	362,03

Depósitos à Ordem	1 466 784,60	1 341 884,73
Total	1 467 169,55	1 342 246,76

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	155 363,94			155 363,94
Resultados Transitados	1 255 999,27	265 450,24		1 521 449,51
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	633 194,69	52 705,00	38 109,47	647 790,22
Total	2 044 557,90	318 155,24	38 109,47	2 324 603,67

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Passivo		
Fornecedores C/C	4 024,56	19 726,82
Total	4 024,56	19 726,82

12.8 Estado e Outro Entes Públicos

A rubrica de "Estado e Outro Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Activo		
Imposto sobre o rendimento - IRC	0,00	0,00
IVA a Recuperar	4 897,36	877,86
Total	4 897,36	877,86
Passivo		
Imposto sobre o rendimento - IRC	0,00	0,00
Retenções na Fonte - IRS	2 434,00	2 137,00
Retenções na Fonte - IRC	149,50	0,00
Iva a Pagar	34,19	635,51
Iva a Recuperar	0,00	0,00
Segurança Social	15 925,80	13 367,32
Outros FCT e FGCT	0,00	0,00
Total	18 543,49	16 139,83

12.9 Financiamentos Obtidos

A rubrica "Financiamentos Obtidos" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Financiamentos Obtidos		
Locações Financeiras	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

12.10 Outros passivos correntes

A rubrica "Outro passivo corrente" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos C/C	0,00	0,00
Credores por Acréscimos de Gastos	194 574,98	169 417,28
Remunerações a Liquidar	190 776,20	165 687,90
Outras despesas diferidas	3 798,78	3 729,38
Pessoal	0,00	0,00
Remunerações a pagar	0,00	0,00
Sindicatos	0,00	0,00
Outros Credores	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	194 574,98	169 417,28

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	85 823,36	26 553,00
Doações e Heranças - Donativos	27 199,54	41 428,21
Total	113 022,90	67 981,21

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	2 264,30	2 117,44
Serviços Especializados	63 877,95	55 629,13
Materias	14 830,04	11 538,61
Energia e Flúidos	37 749,46	34 761,51
Deslocações, Estadas e Transportes	2 033,19	4 142,13
Serviços Diversos	29 758,96	25 786,87
Total	150 513,90	133 975,69

12.13 Outros rendimentos

A rubrica "outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	88 999,84	41 153,95
Rendimentos Suplementares	507,37	569,25
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos	88 492,47	40 584,70
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	16 302,24	14 212,92
Juros Obtidos	16 302,24	14 212,92
Total	105 302,08	55 366,87

12.14 Outros gastos

A rubrica de "outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	0,00	0,00
Dívidas Incobráveis	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	1 323,97	2 693,97
Total	1 323,97	2 693,97

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Gastos de Financiamento		
Juros Suportados	0,00	44,74
Total	0,00	44,74
Resultados Financeiros	0,00	44,74

12.16 Aumentos/reduções de justo valor

Não se verificaram movimentos na Rubrica de Aumentos/Reduções de Justo Valor

12.17 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2025, foi o seguinte:

- Creches: 86
- Pré-escolar: 69
- Centro de dia: 32
- Serviço de Apoio Domiciliário: 30

12.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeira de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Mindelo, 20 de Março de 2026

A Contabilista Certificada
Paula Aotz

A Direção
Dr. José Emmanuel Andrade
Presidente do Conselho
Henrique M. M. da Silva
Dr. José
Dr. José

Parecer do Conselho Fiscal

No uso das competências consignadas no art.º 26.º, designadamente do n.º 1, alínea b) dos Estatutos do Centro Social e Paroquial de Mindelo, o Conselho Fiscal, após verificação e análise do Relatório e Contas, Balanço, Demonstração dos resultados e as demais Demonstrações Financeiras do Centro Social e Paroquial de Mindelo do exercício de 2025, apresentados pela Direção, bem como os esclarecimentos prestados, com o detalhe necessário, decide emitir seguinte parecer:

Por traduzirem a situação económico-financeira do Centro Social e Paroquial de Mindelo, que sejam aprovados o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, que apresentam o resultado líquido de 319.915,81€.

Mindelo, 27 de março de 2026

O Conselho Fiscal

Maria Carolina Bertão Maria Carolina Periche Bertão

Albino Rafael Albino Rafael Aguiar

António Maia António Aguiar Pais